



UniRitter

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS

LIBERDADE DE IMPRENSA FRENTE AO SIGILO DAS INFORMAÇÕES PERANTE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Orientador: Professor Rodrigo Valin de Oliveira

Bolsista: Aluna Luana Neves

Quais as informações o Estado tem de manter em sigilo a bem do interesse público? O que o cidadão tem direito de saber? Segundo José Afonso da Silva, o Estado tem de resguardar a segurança nacional, por exemplo, em questões militares, relações exteriores, etc. Conforme Rita Tourinho, o sigilo é uma exceção e o papel da imprensa e seu limite estão no compromisso com princípios éticos por parte do jornalismo.

O problema reside na definição dos limites à imprensa, consideradas as exigências de sigilo estatal. O estabelecimento de um ponto de equilíbrio entre a liberdade de imprensa (vital para uma sociedade livre) e poder de sigilo quanto às atividades do poder público constitui o cerne da questão.

Afirma Thomas Jefferson que “Se me coubesse decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, eu não hesitaria um momento em preferir a segunda alternativa.”

Portanto, temos que reconhecer que está a se tratar de direitos essenciais ao homem enquanto integrante de um Estado democrático e que efetivamente esteja imbuído do propósito de assegurar a liberdade como um dos valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista sem preconceitos, pois sem garantir esses direitos fundamentais, não há como alcançar os propósitos contemplados no Preâmbulo da Constituição Federal, até porque, sem a livre circulação das informações, não há sequer como garantir o regime democrático, pois não há liberdade sem liberdade de informação. Para Rui Barbosa, deixa a imprensa com suas virtudes. Os seus vícios encontrarão corretivo nos seus acertos.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo é contribuir para análise e ponderação do conflito entre liberdade de imprensa e dever de sigilo quanto a atividades estatais.

- Pesquisar as origens da liberdade de imprensa; estudar a história da liberdade de imprensa no direito constitucional brasileiro;
- Delinear o significado da liberdade de imprensa no direito constitucional;
- Estudar a natureza e a conformação do dever de sigilo no direito brasileiro;
- Analisar os principais casos de conflito entre liberdade de imprensa e dever de sigilo no direito brasileiro.

O método será o dedutivo, consideradas as normas presentes tanto na legislação como na jurisprudência brasileiras. As técnicas de pesquisa utilizadas são bibliográfica e jurisprudencial.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Tocqueville, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 200, pp.138-139.
- Souza, Sérgio Ricardo de. *Controle Judicial dos limites constitucionais à liberdade de imprensa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- Silva, José Afonso da. *Comentário Contextual à constituição*. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2008.
- Marx, Karl. *Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&P, 2000.
- Canotilho, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e a Teoria da Constituição*: Almedina, 1988, p. 481.
- Pazzaglini Filho, Marino. *Princípios Constitucionais Regulares da Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2000, p.30.
- Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 76.
- Delgado, José Augusto. *A Liberdade de Imprensa e os Princípios Aplicados ao Direito de Informação*. Revista de Direito Renovar, V. 1(setembro/dezembro 1995), Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- Moraes, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 21ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007, p. 47.
- Silva, Wanise Cabral. *Da Lei à Liberdade de Imprensa. Diálogos possíveis*: revista da Faculdade Social da Bahia. Ano 5, n.2 (jul./dez. 2006). Salvador: FSBA, 2006.
- Tourinho, Rita. *Do Princípio da Publicidade e da Lei da Mordça frente aos Atos de Improbidade*. Fórum Administrativo – Direito Público – FA. ano 1, n. 1, mar. 2001. Belo Horizonte: Fórum, 2001.
- Rocha, Cármen Lúcia Antunes. *Princípios Constitucionais da Administração Pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 249.
- Silva, José Afonso da. *Interpretação da Constituição e Democracia*. Interesse Público. Ano 7, n° 34, novembro/dezembro de 2005. Porto Alegre: Notadez.
- Barbosa, Rui. *Jornalismo*. In: Rui Barbosa: *Escritos e Discursos Seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 723.